

Fundo desconta dívida

Jogo duro com governos estaduais: quem

Brasília, segunda-feira, 25 de agosto de 1986 9

de Estados

não paga tem corte

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, está jogando duro com os governos estaduais, sem se importar com o fato de que 1986 é um ano eleitoral, quando as pressões por maiores gastos públicos crescem: aqueles que não pagarem seus compromissos para com a União estão sendo punidos no momento de receberem a transferência de recursos fixados em lei, com o Fundo de Participação dos Municípios. A dívida será descontada do total transferido, de forma que os estados endividados terão que conviver com uma menor transferência de recursos.

A disposição do ministro Dilson Funaro de enquadrar os Estados endividados pode ser medida pelas determinações que encaminhou à Secretaria do Tesouro no sentido de exigir, com regularidade, o fornecimento dos dados financeiros de todas as economias estaduais. Para tanto, serão distribuídos, a partir de setembro, formulários contendo especificações relativas a cumprimento de orçamentos, dotações financeiras e montante de dívidas. Através dessa sistemática contábil, a Secretaria do Tesouro poderá acompanhar a situação financeira dos Estados e tentar programar, antecipadamente, os seus gastos.

Segundo a economista Zélia Maria Cardoso de Mello, as medidas rígidas que a Secretaria do Tesouro, por orientação do ministro Funaro, está tomando ultimamente em relação aos Estados decorrem da necessidade de colocar ordem nas contas públicas. O governo Sarney encontrou o coreto totalmente bagunçado. Simplesmente não

havia controle dos gastos dos Estados e o fornecimento de dados inexistia. O esquema de controle contábil que está sendo preparado para funcionar brevemente por computador vai permitir ao governo dispor de um fluxo de caixa constante das contas tanto nacionais como estaduais.

O governo, entretanto, pretende obter resultados imediatos através da imposição de um relacionamento com características novas, informais, destituídas do histórico paternalismo com os Estados mais endividados, historicamente dominados por forças políticas que sempre lançam mão do dinheiro público no decisivo momento da disputa pelo controle do poder nas eleições. Para alcançar esse difícil objetivo, a tática de Funaro, para enquadrar essas forças políticas estaduais, é de somente garantir o aval do Tesouro diante do cumprimento do dever de informar e saldar os compromissos financeiros para com a União.

A tarefa de controlar financeiramente os Estados, entende Zélia Cardoso de Mello, é difícil, mesmo sabendo que com o crescimento da economia, a transferência de recursos aos Estados aumentou consideravelmente, chegando a atingir 50 por cento em termos reais, como foi o caso do Maranhão. A emenda de reforma tributária de autoria do deputado Airton Sandoval introduziu um caráter distributivista na política tributária: os Estados mais pobres receberiam mais recursos proporcionalmente. Assim os Estados mais pobres foram os mais beneficiados pelo crescimento. Apesar disso, muitos continuam insolventes, diante de grave situação financeira, destacou Zélia Cardoso de Mello.